

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à votação do Código Florestal Brasileiro; rende homenagem às mulheres pelo seu dia.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Faz referência aos secretários de Saúde do estado; aborda a situação da habitação em Blumenau.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Congratula-se com o deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Condena a Adin apresentada pelo Ministério Público.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Relata ida a Brasília.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute a PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Homenageia o Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Faz uma reflexão por conta do sistema de saúde no Brasil.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Comunica o início dos seus trabalhos na comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Discorre sobre a alteração na liderança do PMDB.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Solidariza-se com os deputados Aldo Schneider e Manoel Mota.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza-se com os deputados Aldo Schneider e Manoel Mota.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Relata a audiência que teve com o governador Raimundo Colombo; cumprimenta o deputado José Nei Ascari pelas ações da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Relata audiência com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Defende os bombeiros voluntários.

DEPUTADO CIRO ROZA - Registra cinquentenário do Colégio Honório Miranda.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Evidencia a revitalização do FIA.

DEPUTADO CIRO ROZA (aparte) - Congratula-se com o deputado Serafim Venzon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, é uma alegria poder dizer hoje que participei, ontem à noite, da sessão de homenagem às mulheres. Mas antes de falar sobre esse tema, sr. presidente, quero ressaltar aqui também o debate importante que está sendo feito na Câmara dos Deputados, no Senado, junto ao governo, com relação à votação do Código Florestal Brasileiro.

Tenho uma posição muito firme de que não se pode mudar mais o que se mudou, o que se acertou e construiu no Senado, depois de um amplo debate com os ministérios, com o governo, antes na Câmara e agora no Senado, deputado Maurício Eskudlark.

Entendemos que está muito bom o texto que saiu do Senado, que é o que a Câmara deve aprovar. A própria presidente Dilma Rousseff já declarou que não concorda com mudanças porque o esforço concentrado que se fez na Câmara e no Senado resultou num grande texto que, posso afirmar para todos os catarinenses que nos acompanham nesta sessão, aos srs. deputados e às sras. deputadas, para a agricultura familiar não precisa ser melhor.

Alguns estão fazendo um debate distorcido, queremos deixar isso muito claro, em nome da pequena propriedade, buscando benefícios para a grande propriedade no Brasil, mas não podemos aceitar isso! Não podemos aceitar que se distorça

o debate, iluda a agricultura familiar, os pequenos agricultores, para apoiar uma pauta que não é da agricultura familiar. O programa Mais Ambiente que foi incluído no Código Florestal Brasileiro é extremamente positivo para a pequena propriedade, porque muda radicalmente a forma de fazer a averbação da reserva legal, sem custo para a agricultura familiar, é desburocratizado, como foi o do alto vale do Itajaí, em que por cerca de dez a 12 minutos o agricultor sai com a sua reserva ambiental consolidada, sem custo.

A questão da redução da APP, Área de Preservação Permanente, de 30m para 15m, está consolidada. Quinze metros não é demais para a pequena propriedade. Além disso, o texto que saiu do Senado contempla o pagamento pelos serviços ambientais. É outra luta da agricultura familiar, acordada por todos os movimentos sociais do campo, do meio rural brasileiro.

Concordo com o texto que saiu do Senado, que inclusive não estava incluído na Câmara, o Senado incluiu, que é o pagamento, a remuneração por serviços ambientais.

Então, sr. presidente e srs. deputados, vamos trabalhar para que esse texto que saiu do Senado seja aprovado.

A outra questão fundamental, que é uma das divergências da bancada ruralista, é a questão das multas ambientais. Sempre gosto de reafirmar que 85% das multas ambientais estão na Amazônia e não na agricultura familiar. E para a agricultura familiar a multa ambiental pode ser compensada em recuperação ambiental.

Portanto, o agricultor familiar não precisa pagar multa, e existe um programa bem prático em que o agricultor faz a reconversão da multa, com compromisso de recuperação ambiental, principalmente das APPs.

Então, esse discurso de que o texto não contempla a pequena propriedade não é verdadeiro! Estamos acompanhando passo a passo toda a construção do texto no Congresso, depois no Senado, e agora o que saiu do Senado, que está na Câmara tramitando.

Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, fiquem tranquilos. Se alguém falar que a pequena propriedade não está contemplada nesse texto do Código Florestal Brasileiro, não é verdadeiro, posso afirmar-lhe isso.

Vamos trabalhar para que o texto que saiu no Senado, que contempla a pequena propriedade, seja aprovado na íntegra. Inclusive, estamos estudando a possibilidade de acompanhar esse debate na próxima semana, em Brasília, deslocando-nos na quarta-feira para lá, a fim de acompanharmos essa discussão do Código Florestal, se de fato aconteceu o debate, a votação na Câmara Federal, porque é um tema que nos envolve muito, eis que temos um grande compromisso com a sustentabilidade ambiental, principalmente com a combinação da sustentabilidade ambiental e da produção da nossa agricultura familiar.

Quem diz que a preservação ambiental não pode trazer renda para a nossa agricultura familiar está cometendo um equívoco, tem uma visão errada de que a preservação não pode nos ajudar. Mas ela pode, sim. Aí é que está o grande desafio em discutirmos alternativas de renda nessas áreas de preservação.

O segundo tema que quero trazer aqui presente diz respeito à comemoração hoje, nesta quinta-feira, do Dia Internacional da Mulher, fazendo um reconhecimento de luta e do papel que as mulheres têm desenvolvido na sociedade brasileira e no mundo.

Além de as mulheres serem mães, serem grandes lutadoras, jamais durante a história ficaram caladas, desafiando-se a buscar a liberdade, a democracia, a luta pela justiça, pelos seus direitos. E essa história bonita tem que ser reconhecida desde o início, que foi a luta das mulheres nos Estados Unidos, as quais acabaram sendo queimadas dentro de uma fábrica por se mobilizarem, lutarem e fazerem greve.

Até os dias de hoje o Brasil continua com um sério traço de machismo, mas nem por isso as companheiras estão deixando de se mobilizar, de se articular por terem, muitas vezes, mesmo dentro da

família, sofrido violência no lar, na política, no sindicalismo, nos movimentos sociais, em todos os espaços em que se possa imaginar.

Nas áreas sociais as mulheres têm feito um trabalho extraordinário, têm assumido um grande papel para melhorar a vida da nossa população, a vida da nossa juventude, dos negros, enfim, do conjunto das pessoas que são discriminadas historicamente em nosso país.

O dia 8 de março, srs. deputados, é mais um dia de luta, de reflexão e de assumir novos desafios. E nesta Casa há quatro companheiras parlamentares que se estão articulando e organizando, estão discutindo temas relacionados à mulher, e não somente à mulher, temas que dizem respeito ao conjunto da sociedade.

Então, como líder da bancada do PT - temos sete deputados, sendo que duas são mulheres -, quero render uma homenagem, hoje, às mulheres pelo seu dia, que será comemorado amanhã, dia 8 de março.

Para terminar, gostaria de parabenizar todas as mulheres por essa história maravilhosa de resistência, luta, compromissos assumidos em prol desse povo maravilhoso, que é o povo catarinense e brasileiro.

Muito obrigado, sr. presidente, e parabéns a todas as mulheres que lutam, incansavelmente, para construir cada dia um novo Brasil.

Nós, como Partido dos Trabalhadores, estamos muito felizes - e neste momento estão aqui no plenário os deputados Jailson Lima, Neodi Saretta, Padre Pedro Baldissera - por termos uma presidente da República mulher, filiada ao nosso partido, que tem uma história extraordinária de luta e resistência, inclusive no pior dos momentos, que foi a ditadura militar no nosso país. E a própria presidente foi presa e torturada nos porões da perseguição da ditadura militar brasileira.

Então, fica aqui essa nossa homenagem, neste dia especial, a todas as mulheres brasileiras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sras. parlamentares, srs. parlamentares, sr. presidente, quero aqui, primeiramente, cumprimentar todos e, de forma muito especial, aqueles que, na sua residência, acompanham de perto o trabalho do Parlamento catarinense pela TV Legislativa e Rádio Alesc Digital, vou dividir o meu pronunciamento em dois assuntos. Primeiro, gostaria de parabenizar o secretário municipal de saúde de Blumenau por ter recebido um prêmio nacional. E aqui, na pessoa dele, quero fazer uma referência a todos os secretários de Saúde do estado que procuram inovar, que procuram trazer novas iniciativas e que procuram buscar o atendimento com qualidade ao cidadão.

O secretário Marcelo Lanzarin acabou recebendo para o município de Blumenau um prêmio destaque nacional do ministério da Saúde, pelos trabalhos desenvolvidos no setor público da saúde. A secretaria de Saúde de Blumenau foi destaque num programa chamado Inova SUS, realmente, por estabelecer novas práticas dentro da secretaria municipal de Saúde, atendendo melhor as pessoas.

É tão bom quando vimos um gestor municipal receber um prêmio por tentar inovar e fazer algo de novo para a população, rompendo com a velha barreira da burocracia e com os paradigmas existentes dentro da administração pública. Realmente temos que premiar os bons exemplos, e se um secretário de Saúde tem uma ideia boa, consegue levar à frente e é premiado, isso tem que ser dividido com os servidores da secretaria. Ninguém constrói uma boa ideia e tem êxito nessa boa ideia, se ela não tiver o apoio dos servidores da casa, dos servidores daquela secretaria, e dos servidores do município. E graças ao trabalho conjunto entre os servidores, a secretaria municipal, o secretário e a prefeitura é que Blumenau recebeu esse prêmio de destaque nacional, que é algo realmente muito importante e tem que ser comemorado.

Por isso, quero aqui iniciar o meu pronunciamento, na sua primeira parte, parabenizando o secretário Marcelo Lanzarin. Espero que esse projeto, que foi o 6º colocado em nível nacional, possa ser referência e exemplo dos demais municípios de Santa Catarina.

Já que estou falando de secretaria municipal, quero aproveitar para fazer uma referência também a uma pessoa que, no município de Blumenau, é secretário municipal de Habitação e vice-prefeito, deputado Ismael dos Santos, que é o nosso ex-vereador e companheiro - e eu e o deputado Ismael dos Santos fomos vereador com ele -, Rufinus Seibt.

Aqui foi muito questionada a situação da habitação no município de Blumenau. E em vez de eu ficar na tribuna falando, falando, falando, na semana passada tive a oportunidade de visitar a secretaria e conhecer de perto as políticas públicas estabelecidas. Fui verificar de perto que o município de Blumenau, nos últimos três anos, teve a oportunidade de entregar mais de dois mil apartamentos e casas novas para a população. Somando os apartamentos novos com as novas casas, são mais de duas mil unidades habitacionais entregues em três anos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, quero me somar também a esse discurso, porque conheci de perto o vereador Rufinus Seibt na época, hoje nosso vice-prefeito, como nosso companheiro no Parlamento blumenauense. E gostaria de parabenizá-lo, sim, pela forma como vem gestando a administração da questão habitacional em Blumenau.

Nós tivemos, na tragédia de 2008, quase três mil residências destruídas naquela calamidade, e, felizmente, conseguimos dar a volta por cima, praticamente 80%, porque já entregamos duas mil residências ou apartamentos. É claro que em parceria com o governo federal, e queremos aqui reconhecer a belíssima disposição e acolhida da

presidente Dilma Rousseff no projeto, e em parceria com o governo do estado, em especial na questão da aquisição dos terrenos vindos da Defesa Civil. Mas não dá para omitirmos o trabalho da prefeitura de Blumenau, com todo o seu aparato técnico da secretaria de Assistência Social muito bem conduzida pelo vereador Mário Hildebrandt. Enfim, é um trabalho que, hoje, traz resultados e orgulha todos nós, blumenauenses.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, deputado Ismael dos Santos.

Eu estive lá conversando com o vice-prefeito, Rufinus Seibt, e também secretário, e a primeira coisa que ele me disse foi a seguinte: "Deputado, se não fosse o trabalho da equipe, o apoio do governo federal e da Caixa Econômica Federal, através de seus técnicos e funcionários, e se a população brasileira não tivesse contribuído naquele momento da catástrofe com recursos para a compra dos terrenos, não existiria esse todo, hoje: mais de duas mil casas e apartamentos entregues no município de Blumenau".

Quando perguntei ao secretário Rufinus Seibt se havia algum material, ele veio com um livro contendo todas as ações feitas, de uma forma muito organizada, muito consciente das obrigações, muito consciente daquilo que foi feito, mas, principalmente, consciente daquilo que há de ser feito para atender à população.

Eu comecei a questioná-lo sobre quais programas existem na área habitacional no município de Blumenau, e fiz questão de trazer isso à tribuna, primeiro, para mostrar a eficiência dele como secretário, a eficiência da equipe dele e a eficiência dessa parceria feita entre governo do estado, governo federal, Caixa Econômica Federal, prefeitura municipal e população brasileira, mostrando que quanto todos fazem a sua parte, não importa de que partido é, não importa quem defendeu na eleição, mas o mais importante é que se vai atender à comunidade. Esse é o grande princípio!

E aí o secretário Rufinus Seibt mostrou a questão das políticas públicas na área da habitação, colocando várias questões. E ele colocou um assunto, deputado Ismael dos Santos, que eu reputo ser da maior importância, dizendo o seguinte: "Além das casas, dos apartamentos, da regularização dos imóveis, existe uma ação feita que acho muito importante e que seria interessante que cada município de Santa Catarina fizesse isso, ou seja, criasse um plano municipal de habitação de interesse social". Eu achei a ideia magnífica, uma vez que nesse plano existe um projeto de fazer com que exista realmente um planejamento habitacional de regularização de imóveis a serem construídos, de áreas a serem ocupadas para os próximos 10 ou 15 anos.

O grande legado do vice-prefeito Rufinus Seibt não é apenas o legado dos apartamentos e as casas que foram entregues, mas também o legado do planejamento, o legado da organização, o legado de que se a pessoa quer fazer com comprometimento e compromisso, planeja para o futuro da sua cidade.

Eu acho que este é o grande ensinamento que Rufinus Seibt deixa na secretaria, através desse plano municipal de habitação de interesse social, que tem por interesse principal atender à demanda de novas unidades habitacionais e criar uma linha de apoio financeiro às pessoas. Enfim, buscar realmente uma política na área habitacional, porque além do programa Minha Casa, Minha Vida 1, que atendeu a mais de 1.800 famílias com novos apartamentos, a prefeitura também tem o programa Nossa Casa, que busca recursos justamente para que a pessoa possa construir uma casa nova no terreno que ela já possui. Porque algumas pessoas já têm um terreno e não precisam adquirir um terreno novo para construir uma casa. Basta a prefeitura acessar o recurso e permitir que a pessoa tenha condições de ter os recursos nas mãos, seja de forma financiada, seja uma parte a fundo perdido. Há pessoas que já têm um terreno, e, se a prefeitura facilitar os recursos para esses cidadãos, vai ser muito mais fácil construírem as suas casas. E a prefeitura de Blumenau tem, sim,

este programa chamado Nossa Casa, que é um programa muito interessante em que foram construídas, aproximadamente, 50 novas casas, além dos apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida.

Existe outro projeto, srs. parlamentares, que também achei muito interessante, chamado projeto Pró-Moradia, que é uma parceria do município com a Caixa Econômica Federal e o governo federal. A presidente Dilma Rousseff também tem esse compromisso e o Pró-Moradia vai atender diretamente a algumas áreas de interesse social, áreas que precisam ser reurbanizadas e regularizadas.

Esse projeto pretende atender a muitas famílias e envolve muitos recursos financiados através da Caixa Econômica Federal, mas vai atender diretamente as famílias mais humildes da cidade de Blumenau também.

Por isso, a importância desse trabalho através do programa Pró-Moradia.

Além do Pró-Moradia, do Nossa Casa, do Minha Casa, Minha Vida e do plano municipal de habitação, existe também um trabalho em cima das zonas de interesse social, em que a prefeitura vai trabalhar diretamente a regularização fundiária.

E aí quero dar uma sugestão a todos os prefeitos do estado para que criem, principalmente aqueles que têm problemas nessa área, em cada prefeitura uma área específica para regularização fundiária.

Nós temos várias áreas ocupadas irregularmente, e é importante que as prefeituras e os municípios considerem essas áreas ocupadas irregularmente como áreas de interesse social, para que possa haver uma interferência direta do Poder Público, junto com o Ministério Público, junto com o Registro de Imóveis, baseado no Estatuto das Cidades, para que essas pessoas possam ter direito à sua pavimentação, à energia, à água, ou seja, para que possam ter direito à dignidade. E é por estar fazendo essa política que eu quero parabenizar o vice-prefeito Rufinus Seibt.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os colegas deputados e o deputado Jean Kuhlmann, que, ao abordar o Minha Casa, Minha Vida, e que em Blumenau tem outro nome... E quem tem terreno não precisa nem ir à prefeitura. Basta ir direto ao correspondente fiscal da Caixa Econômica Federal, padre Padre Baldissera, apresentar a sua folha salarial e já encaminhar. E o Plano Diretor da cidade de Blumenau já tinha que ter regularização fundiária há muito tempo! E se não tem desde o prefeito Décio Lima...

Então, faço as referências, mas está no bom caminho, porque ao dizer que as dois mil casas são consequência da administração de Blumenau, logicamente que eu, como membro do Partido dos Trabalhadores, que acompanhei tanto isso como os recursos que vieram da Defesa Civil para a aquisição de terrenos, deputado Padre Pedro Baldissera...

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado, eu vou conceder 30 segundos a v.exa., porque quero falar sobre Ministério Público aqui nesta tribuna.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Somente quero dizer, deputado Jailson Lima, que eu fiz questão de afirmar junto ao deputado Ismael dos Santos que se cada um não tivesse feito a sua parte, não teria tido sucesso. Tudo foi conseguido graças à participação de todos no processo, inclusive da população brasileira, que ajudou com recursos para a compra dos terrenos. Cada um, do seu jeito, foi importante no processo.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Valeu, deputado! Mas faremos esse debate em outra hora.

Gostaria de me manifestar, deputado Dirceu Dresch, porque, pasmem, enquanto a sociedade brasileira discute a transparência dos órgãos públicos; enquanto nesta Casa temos dado exemplos

com o nosso portal; enquanto o Conselho Nacional de Justiça, que quase foi derrubado lá no Supremo, manteve a sua autonomia, exigindo que os Tribunais de Justiça tenham a sua transparência, nós, aqui, aprovamos no ano passado um projeto de lei de transparência para todos os órgãos: Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Assembleia, que já tem, e Executivo, que até então não era tão transparente em alguns segmentos.

Esse projeto de lei foi vetado pelo governador, a pedido do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, e aqui derrubamos o veto.

Na data de ontem, às 17h15, saiu quentinha uma liminar de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade feita pelo Ministério Público dizendo que esse projeto de lei não vale para o Tribunal de Contas, não vale para o Tribunal de Justiça e não vale para o Ministério Público.

As características dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade são as mesmas que já são aplicadas na cidade de São Paulo e já têm parecer do Supremo dizendo que são legais. O Supremo Tribunal Federal diz que aquilo que fizemos aqui está correto e é de direito deste Parlamento, desta Casa.

A Adin, para a qual foi dada uma liminar pelo desembargador, tira a essência da transparência quando cancela alguns itens. O portal da transparência, como tínhamos colocado, agruparia as informações referentes a salários. A Assembleia tem, mas eles não precisam ter, informação sobre o pagamento de diárias. Aqui tem, lá não precisa, os valores referentes a verbas indenizatórias e de gabinete, reembolsáveis, de qualquer natureza. Ou seja, os R\$ 8,5 milhões que estão pedindo naquele "mistério público" do Tribunal de Contas não entram na transparência. Até hoje não está no portal do Ministério Público do estado de Santa Catarina a transparência efetiva sobre a compra de um prédio, sem licitação, em caráter de urgência.

Nós fazemos aqui pedidos de informação, eles levam cinco ou seis meses e não respondem. E o

Tribunal de Contas do Estado é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa!

Então, ficamos extremamente surpresos com essa liminar, porque quem deveria dar o maior exemplo é quem quer negar ao povo catarinense, deputado Antônio Aguiar, as informações devidas. Imaginem um sindicato entrar aqui com uma liminar, uma Adin, dizendo que temos que fechar o portal da transparência da Assembleia. Lógica e eticamente que defendemos isso, e por isso o projeto de lei para que todos prestem contas.

Essa liminar concedida nos pega de surpresa, exatamente porque quem tinha que dar o exemplo ao povo catarinense, quem tinha que mostrar por que temos que ser transparentes em órgão público, como um mecanismo de coibir a corrupção, o desvio de recursos públicos, a malversação desses recursos, a aplicação de forma indevida em todos os órgãos, os custos em cada construção de obra pública que se tem neste estado...

Então, logicamente que esperamos, e já conversamos com o presidente Gelson Merisio, que a Assembleia vá recorrer, porque é inconcebível que neste século da transparência, em que o governo federal cada vez mais trabalha pela autonomia nos órgãos públicos no sentido de mostrar veracidade dos fatos, aqui em Santa Catarina, em pleno sul desenvolvido, nós nos deparemos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade advinda do Ministério Público para não ser transparente.

Isso é de uma incoerência inconcebível nos dias de hoje, até mesmo porque o nosso embate aqui continuará existindo. Vamos continuar fazendo pedidos de informação e daqui para frente atuar com ações jurídicas também, porque se não fizermos defesa dessas Adins vamos esperar cinco, seis, oito ou dez anos para termos um resultado, a exemplo da Adin que já diz que o procurador que atua no Ministério Público do Tribunal de Contas do estado, na verdade, não é procurador e, portanto, não poderia estar dirigindo aquele órgão. Isso foi feito em 1998, há mais de dez anos, e sobre isso o Ministério Público não se manifestou cobrando a efetiva

inconstitucionalidade desse fato. E aqui em menos de 30 dias já sai o resultado.

Há coisas que, às vezes, andam numa velocidade muito grande, ao passo que outras, de acordo com os interesses escusos, permanecem no encaminhamento, no atraso e, principalmente, sem mostrar, efetivamente, ao povo catarinense o porquê de estendermos uma lei de transparência para todos os órgãos e não apenas para a Assembleia Legislativa e para o governo do estado.

Vejam os senhores que, não fosse o Portal de Transparência do estado, eu não teria denunciado aqui, deputado Ismael dos Santos, que na secretaria da Educação houve a contratação de um *software* de forma irregular, cujo empenho foi feito num dia, a nota fiscal apresentada no outro e o pagamento apresentado no terceiro dia, com R\$ 745 mil de gordura em detrimento de um *software* catarinense que faz exatamente a mesma coisa.

Então, sr. presidente, quero deixar claro ao povo catarinense, ao Ministério Público, ao Ministério Público do Tribunal de Contas, ao Tribunal de Contas do Estado, que não é essa Ação Direta de Inconstitucionalidade que vai mudar o nosso embate pela transparência no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mauro de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade tenho a grata satisfação de relatar a nossa ida a Brasília, no dia de ontem, para tratar de assuntos importantes do estado de Santa Catarina, referentes às rodovias federais que cortam o extremo oeste catarinense.

Também tive a grata satisfação de contar com a participação efetiva e com o acompanhamento do deputado Padre Pedro Baldissera, que esteve conosco em audiência com o ministro dos Transportes. Esse encontro foi fruto de um trabalho que elaboramos através da comissão de

Transportes e Desenvolvimento Urbano, no mês de novembro do ano passado, quando fizemos duas audiências públicas nos municípios de Maravilha e São Miguel d'Oeste e conseguimos colher da população, das lideranças que se fizeram presentes, dos parlamentares que estiveram acompanhando e principalmente dos prefeitos, dos vereadores, das associações comerciais e empresariais da região, os pontos importantes para melhorar o trânsito, para darmos mais segurança para o escoamento da produção e para continuar mantendo esse modelo que se apresenta no oeste do estado de Santa Catarina, um modelo produtivo da pequena propriedade rural que se utiliza dessas rodovias para o escoamento da sua rica produção e de toda aquela região servindo de corredor para o turismo catarinense do sul do nosso país.

Saí muito surpreso daquela audiência até pela simplicidade do ministro e, acima de tudo, pela vontade que o ministro tem em resolver problemas, a exemplo dos problemas que levamos ao seu conhecimento.

Também saí muito satisfeito em saber que a BR-161, que já estava em processo licitatório, que acabou sendo suspenso em virtude da troca de ministros, terá, agora, neste mês de março, a sua retomada, ou seja, a sua continuidade, e segundo a palavra do próprio ministro, teremos ainda em meados do mês de junho o início das obras, se tudo ocorrer a contento e não houver nenhum recurso que faça prorrogar o período normal.

Então, isso é importante porque aquela rodovia possui um tráfego muito grande, ela faz a ligação do sul de Santa Catarina com o estado do Paraná, e os ônibus de turismo passam por lá com muita frequência. Isso sem citar a importância daquela rodovia para a ligação turística ao nosso país vizinho, nossos irmãos argentinos que vêm no verão para o litoral catarinense usufruir dessa beleza natural que Santa Catarina oferece como atrativo turístico.

Também solicitamos naquela ocasião ao DNIT catarinense que fosse colocado neste mesmo processo licitatório a construção de um contorno

viário no município de São Miguel d'Oeste, permitindo com isso a retirada do tráfego pesado que hoje acontece por dentro daquele município.

Então, esse contorno viário dará mais segurança, mais agilidade também para os caminhões de carga que transitam pela cidade de São Miguel d'Oeste.

Naquela ocasião também levamos ao ministro várias reivindicações que ouvimos na audiência feita em São Miguel d'Oeste e, dentre elas, citamos a possibilidade de acompanhar todo o processo de discussão para a implementação dos projetos de construção das ferrovias que vão ligar Dionísio Cerqueira até o porto de Santa Catarina.

Temos a ideia de que essa rodovia precisa ser estendida até Itapiranga ou Palmitos para permitir que aquela região mais próxima do vizinho estado do Rio Grande do Sul também possa ser contemplada com esse sistema de diminuir custos para o escoamento de insumos e produção.

Da audiência que realizamos em Maravilha vários foram também os quesitos elencados, e tivemos a oportunidade de apresentá-los ao ministro, mas o mais importante deles, não desmerecendo todos os outros que apresentamos, foi justamente a questão que envolve a insegurança das BRs-158 e 282. Essas rodovias em apenas três anos, segundo dados levantados pela Polícia Rodoviária Federal, ocasionaram em torno de 80 acidentes num mesmo ponto.

Então, apelamos para a sensibilidade do ministro para que gestione junto ao DNIT catarinense e busque a possibilidade de construir um elevado naquele entroncamento, porque é a única forma que temos para dar segurança a quem precisa dessas duas rodovias. Poderíamos até construir uma rótula, mas pela localização daquele ponto crítico, por ser uma baixada com dificuldades enormes no inverno, por causa da cerração que toma conta de todo aquele perímetro, entendemos que assim não resolveremos esse problema. E com a construção de um elevado no formato caracol, dando possibilidade a duas pistas de rolamento, com certeza, vamos dar segurança, vamos dar conforto e

eliminar essa mancha triste que assola o extremo oeste de Santa Catarina, onde a cada dez ou 15 dias presenciamos acidentes naquele mesmo ponto.

Também solicitamos a construção de dois trevos de acesso em Pinhalzinho. Um que dará acesso à Unoesc e outro que dará acesso à Udesc - Universidade do Estado de Santa Catarina. São duas universidades lá estabelecidas e que precisam dar segurança aos alunos que vêm de outros municípios e que, na grande maioria das vezes, deslocam-se de ônibus e não têm acesso seguro para poder chegar até o educandário.

Solicitamos também ao ministro que desse continuidade ao trabalho de estruturação do trevo principal do município de Chapecó, esse trevo que já está em fase de execução das obras, mas de forma rápida, de forma urgente, e que fosse retomado o processo de construção das melhorias em Xanxerê.

Estamos, basicamente, há 150 dias com essas obras suspensas, o que está trazendo um transtorno enorme, principalmente agora, pois estamos vivenciando mais porque estamos passando quase todos os finais de semana naquela região e percebemos o quanto essas obras são importantes, o quanto precisamos que, de forma rápida e urgente, sejam retomados esses trabalhos.

E para concluir, pedimos ainda a melhoria dos acessos às duas áreas industriais no município de Cunha Porã, os trevos de acesso ao município de Caibi e de Palmitos, e que o ministério dos Transportes comece logo um trabalho de estudos, de elaboração de projetos, para que possamos duplicar do trevo de Irani até São Miguel d'Oeste. A nossa região do oeste do estado tem se desenvolvido muito, as agroindústrias estão investindo muito naquela região, da mesma forma o ramo moveleiro, eis que a indústria da região do extremo oeste catarinense tem crescido de forma significativa. E todo o reflexo desse crescimento, obviamente, vai desencadear um meio seguro para que possamos transportar toda essa riqueza, toda essa produção.

Então, é necessário começar a pensar em duplicar aquele trecho de Irani até São Miguel

d'Oeste, começando, primeiramente, pelos perímetros urbanos, que são pontos de maior estrangulamento hoje e, em seguida alcançarmos os outros pontos críticos que a BR-282 apresenta, que trazem muita insegurança e que ocasionaram por várias oportunidades acidentes de grande envergadura, que acabaram ceifando a vida de muitas pessoas.

Vale salientar também, sr. presidente, que referente a todas essas reivindicações das BRs-158 e 282 de pronto, o ministro dos Transportes já solicitou ao DNIT do estado do estado de Santa Catarina um estudo de viabilidade técnica para fazer uma análise daquilo que ele consegue atender de forma rápida, de forma urgente, para tentarmos amenizar as dificuldades que essas duas rodovias estão oferecendo ao escoamento da produção e às pessoas que transitam pela região do extremo oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAl, pela Rádio Alesc Digital, os nossos seguidores pelo *Twitter* e pelo *Facebook*, eu gostaria de começar a falar em relação a algo que acho extremamente importante. Hoje, na comissão de Segurança Pública, sob a presidência do deputado Gilmar Knaesel, aprovamos um requerimento de minha autoria que tenta trazer para o âmbito da segurança pública a discussão com bandeiras, estandartes, escudos e espadas todos baixados para tentarmos ouvir não a questão legal, pois isso a comissão de Constituição e Justiça está tratando, mas o mérito da PEC n. 0001/2012, que dá aos Bombeiros Voluntários a possibilidade de realizar vistorias nas questões de incêndio.

Então, vamos levar para a reunião da comissão de Segurança Pública - e sei que v.exa. participará dessa reunião -, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, um representante do Bombeiro Militar, do Bombeiro Comunitário e do Bombeiro Voluntário, um representante da Fecam, um da secretaria de Segurança Pública e um do Ministério Público, tentando colocar à mesa algumas questões relativas ao mérito da PEC, deputado Neodi Saretta, que tramita nesta Casa.

E hoje, sr. presidente, fizemos um trato lá na comissão, deputado Neodi Saretta, ou seja, não vamos falar absolutamente nada. Nós queremos ouvir todas essas entidades, para ficar claro não apenas para nós, mas também para a sociedade catarinense, que se vê num embate ideológico em relação a essa questão, que a nossa intenção é ajudar.

Já coloquei a minha posição ontem aqui, mas acho interessante repetir porque não se trata de uma audiência pública, mas de uma reunião da comissão de Segurança Pública, quando tentaremos colocar na mesma mesa essas entidades. Entendo que a Fecam é uma entidade extremamente importante nessa questão, e o deputado Neodi Saretta sabe disso porque já foi prefeito duas vezes e sabe que no final das contas a responsabilidade da liberação do habite-se do prédio cabe à prefeitura.

Eu acho que é interessante ouvirmos o Ministério Público, a Fecam, os Bombeiros Voluntários, os Bombeiros Comunitários e os Bombeiros Militares, a fim de que possamos tratar desse assunto sem qualquer tipo de vaidade, de disputa de poder ou de ideologia, pensando somente no mérito da questão, porque a minha preocupação é como isso beneficiará o catarinense, deputado Dirceu Dresch. É nisso que temos que pensar! O foco principal das nossas ações nesta Casa tem que ser o catarinense; se não for assim, não há por que estarmos aqui.

Também quero falar em nome do nosso partido, o PSD, pois tanto eu como o deputado Darci de Matos começamos, sr. presidente, lá em Joinville, na semana passada, um seminário que além de levar as

bandeiras do nosso partido, que é novo, além de buscarmos filiações partidárias, todas as semanas estamos nos bairros levantando os números. Essa tem sido uma experiência espetacular nosso sempre deputado Dieter Janssen, que se faz presente e que é de Jaraguá do Sul, um grande companheiro e ex-colega partidário.

Nós fizemos, lá em Joinville, nos 43 bairros, juntamente com os professores universitários, uma radiografia detalhada, impressionante. Por exemplo, no bairro Vila Nova, região oeste da cidade, fizemos o levantamento do número de casas existentes, do número de pessoas que lá moram, do número de pessoas que trabalham no próprio bairro, do número de pessoas que saem para trabalhar. E sobre essas que saem do bairro, como elas vão, se vão de ônibus, de carro, de bicicleta ou de moto. Depois de levantarmos o número de indústrias, de empresas de serviços, de estabelecimentos comerciais, chega-se ao requinte de detalhes de saber quantos pães aquele bairro consome todos os dias, quantos litros de leite são consumidos e quantas toneladas de lixo são geradas.

Ficamos sabendo, deputados Neodi Saretta e Padre Pedro Baldissera, que 234 cidades de Santa Catarina são menores do que o bairro Vila Nova, um bairro de Joinville! Se colocarmos os carros, deputado Silvio Dreveck, do referido bairro que v.exa. conhece, porque quando vai para São Bento do Sul passa e vê Vila Nova à esquerda, um atrás do outro, resultará uma fila de Joinville até São Francisco do Sul.

O bairro Vila Nova consome 3.300kg de pães e dois caminhões *trucks* de leite todos os dias - e v.exas que são do oeste sabem que é muito leite - e produz oito caminhões de lixo diariamente.

Quando começamos a analisar esses números e a detalhar o bairro de forma tão real, conseguimos fazer a projeção de qual será o seu tamanho em cinco ou em dez anos; quanto a população aumentará; quantas casas terá a mais; quantos carros terá; quantos empregos o próprio bairro precisará gerar para manter seus moradores lá. Tem sido uma experiência extraordinária!

Hoje, por exemplo, estaremos no bairro Paranaguamirim, zona sul da cidade, que é maior do que 245 municípios. É impressionante quando começamos a ver um bairro dessa forma. Ao estudarmos esses dados chegamos à conclusão de que a força da cidade está nos bairros.

Joinville hoje é a terceira maior cidade do sul do Brasil, perdendo somente para Porto Alegre e Curitiba, e toda essa força vem dos bairros. Cada um dos 43 bairros da nossa cidade é uma cidade!

O comércio é local, possui lojas para venda de roupas, material de construção, insumos agrícolas, supermercados. E aqui abro parênteses para mostrar como o povo de Joinville é empreendedor. Falo com muito carinho da cidade onde tive a honra de nascer no dia 16 de janeiro de 1970, às 15h15; 15 e 15, para alegrar v.exa., deputado Moacir Sopelsa.

Estou falando da minha cidade porque na próxima sexta-feira estará comemorando 161 anos. Então, como cada bairro tem vida própria, alguns donos de pequenos supermercados, quando lá chegaram o Angeloni, o BIG e o Giassi e as pessoas começaram a sair do bairro para fazer compras no centro, sabe o que fizeram, deputado Moacir Sopelsa? Os pequenos supermercadistas dos bairros se reuniram, criaram um grupo e começaram a fazer suas compras todos juntos, na mesma mesa, pois só assim conseguiam comprar em quantidade e competir no preço com as grandes potências. Se não fizessem isso seriam engolidos, porque o povo está atrás de preço; é o preço que chama as pessoas para comprar.

Pena que o setor público ainda não tenha valorizado a questão do investimento nos bairros. O setor público continua com aquela visão de cuidar do centro, como se a cidade fosse a menina dos olhos da administração e os bairros as outras coisas.

Lembro-me que o bispo diocesano de Joinville, dom Orlando, quando eu era vereador na cidade, foi um dia na Câmara Municipal num aniversário de Joinville e fez a seguinte analogia de Joinville

com Cristo: o centro de Joinville é o rosto de Cristo e os bairros são a coroa de espinhos. E essa é a verdade, pois eles não recebem o investimento que precisam para fomentar, para fortalecer o comércio local, para fazer com que mais indústrias se instalem, assim como estabelecimentos comerciais e de serviços, para que as pessoas que moram no bairro possam também trabalhar e não sair do seu *habitat*.

Imaginem que fui visitar uma empresa próxima à Pirabeiraba, região norte da cidade. Lá há pessoas que trabalham no setor metalmeccânico, que moram no bairro Itinga, zona sul, e saem às 4h de casa, de ônibus, para começar a trabalhar às 7h. Olhem o tempo que essa pessoa perde no traslado, no transbordo. É longe, tem que atravessar toda a cidade, ou seja, quase 30km. Por quê? Porque precisa trabalhar.

Nós precisamos pensar um planejamento em que no próprio bairro a pessoa possa viver e trabalhar. Quando se trata de uma cidade com o porte de Joinville, com 161 anos completados na próxima sexta-feira, é preciso pensar numa maneira de fortalecer os bairros, porque o centro será uma consequência disso.

Nós precisamos pensar. E o PSD pensa exatamente isso. Essa é a razão do seminário que o nosso partido está realizando todas as semanas em Joinville e que tem como tema "Meu bairro faz Joinville", com o intuito de despertar no morador de cada bairro essa paixão, esse comprometimento com sua comunidade.

Entendo que quando conhecemos os números é que percebemos o tamanho de Joinville e dos seus bairros e o quanto o poder público tem que investir para melhorar a qualidade de vida, a mobilidade urbana e o tratamento do lixo.

Essas são as soluções que o nosso partido defende e que estamos pregando em Joinville. Por isso, tanto eu como o deputado Darci de Matos estamos muito felizes e convidando todos os que são de Joinville a participarem do nosso seminário no bairro Paranaguamirim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença do prefeito Jorge Antônio Comummelo, da cidade de Formosa do Sul, e do Leonir Bigolin, prefeito do município de Quilombo, que estão nos visitando no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sejam bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amanhã é o Dia Internacional da Mulher. Os direitos da mulher são direitos humanos e os direitos humanos são direitos das mulheres.

Uso este espaço destinado à bancada do Partido dos Trabalhadores nesta tarde para homenagear o Dia Internacional da Mulher, mas também e principalmente para refletir sobre esse tema.

(Passa a ler.)

"Hoje existe um florescimento de idéias de todos os tipos de possibilidades onde nada havia sido sonhado antes. Organizações não governamentais e grupos de defesa foram incentivados a fazerem um importante papel de ajudar as mulheres a mudar suas vidas.

Elas têm sido as linhas de frente nas batalhas pelos direitos humanos e pela dignidade individual por um tempo muito longo. Finalmente ouvimos suas vozes. Muitas mulheres ao redor do mundo estão encontrando a sua voz em novas formas. E temos que fazer tudo o que pudermos para termos certeza de que essas vozes são amplificadas, suas histórias ouvidas e contadas.

Temos de olhar para o passado com olhos muito abertos, reconhecendo a tragédia, a violência, o

terror, mas também apreciar os avanços, as descobertas científicas, as novas maneiras que as mulheres e homens têm sido capazes de criar uma nova vida e oportunidades.

Uma das mais poderosas lições que aprendemos com a experiência e história, é que o progresso de uma nação não depende apenas em proteger direitos humanos, mas em garantir que homens e mulheres tenham acesso ao que chamamos de ferramentas de oportunidade.

Há tantos caminhos de vida diferentes para as mulheres como existem para os homens. Mas o que devemos fazer é nos esforçar para criar as condições em que mulheres tenham o direito de fazer as escolhas em suas vidas para si mesmas. E algumas delas podem escolher caminhos muito tradicionais, devemos respeitar isso e apoiá-las, mas outras mulheres podem querer fazer algo totalmente sem precedentes em sua família e sua cultura e da mesma forma nós devemos estar dispostos a apoiar isso também.

Sabemos que, em função da recente crise financeira global, muitos países têm enfrentado algumas decisões difíceis. E muitas mulheres têm sido as primeiras a ser demitidas, a perder seus empregos, a perder sua posição, a perder a oportunidade para tentar avançar além dos seus próprios pais. Sabemos que em países envolvidos em conflitos armados, mulheres e crianças compõem o vasto movimento da humanidade que foge da violência como refugiados.

Podemos apontar muitos problemas no mundo de hoje, no qual as mulheres, por razões históricas, cultura, de discriminação e preconceito, são usadas para levantar o patriarcado.

Devemos ficar felizes com todas as conquistas das mulheres, mas é preciso mais. É preciso levar a informação sobre os seus direitos para todos os cantos, para todos os públicos. Mostrar ao jovem que a igualdade deve fazer parte do dia a dia das pessoas é uma forma de garantir os direitos que as mulheres já conquistaram. E, como diz o velho ditado, é desde cedo que se aprende, porque é nas

escolas que podemos formar e transformar as mentes para as mudanças que se almejam para o futuro.

Apresentei a esta Casa Legislativa um projeto de lei instituindo o Dia Estadual de Debates sobre o Bem-Estar da Mulher, a ser celebrado, anualmente, no dia 8 de março, juntamente com o Dia Internacional da Mulher. Nessa data as escolas estaduais promoverão a divulgação de informações sobre os direitos da mulher através de palestras, seminários, orientações e debates a respeito de temas como preconceito, violência e inserção no mercado de trabalho, bem como outros temas relacionados ao bem-estar feminino. O jovem precisa aprender desde cedo que o mundo está mudando e que a sociedade não deve mais calar perante as injustiças cometidas há séculos contra as mulheres.

Minha esperança é que, num futuro próximo, não continuemos apenas a ver o progresso, mas também os avanços e as conquistas das mulheres em todas as partes do mundo. Vamos ver um mundo no qual todos os cidadãos, homens e mulheres, sejam valorizados e com oportunidades iguais, no qual cada cidadão possa viver com dignidade, livre do medo e cheio de esperança.

Oito de março oferece uma oportunidade para homenagear as conquistas das mulheres e para destacar as necessidades e preocupações nas agendas regionais, nacionais e globais. O Dia Internacional da Mulher é motivo para celebração, razão para parar, reavaliar uma lembrança, uma inspiração, um momento de honra, amado e admirado.

Ainda há muito para avançar e muito a ser alcançado. Mas com certeza a voz da mulher, nos últimos anos, passou a ser mais ouvida. A sua presença é cada vez mais constante, inclusive nas decisões nacionais. E exemplo disso é nosso país, que oitenta e poucos anos depois de conceder o direito do voto à mulher, pela primeira vez tem uma mulher a presidi-lo.

Portanto, que esse 8 de março seja de reflexão e de ações, no sentido de que homens e mulheres lutem juntos para construir uma sociedade justa, fraterna e igualitária."

Parabéns a todas as mulheres pelo seu dia.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -
Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. Deputados, o assunto que me traz a esta tribuna, sr. presidente, é um momento de fazer uma reflexão por conta do nosso sistema de saúde no Brasil.

Em 1988 foi promulgada a nossa Constituição Federal, depois de um debate amplo, e é bem verdade que tivemos grandes avanços na Constituição Federal de 1988. Mas também, nesta mesma carta, colocaram-se muitos direitos sem ter consistência ou sem ter a condição financeira de fazer com que essas inserções na Constituição Federal possam ser alcançadas. Entre outras, vou me ater à questão da saúde no Brasil.

Pude aqui citar o exemplo da determinação, através da Constituição, de que os juros no Brasil não poderiam ser superiores a 12% ao ano. Lamentavelmente, quem determina os juros não é a Constituição e sim o mercado. Tanto é que até hoje não se alcançou este número, 12% ao ano, porque todas as taxas e indicadores, não só os indicadores, mas os fatores que determinam os juros estão muito superiores, diga-se de passagem, a exemplo do cheque especial, para não ir mais longe.

No que diz respeito à saúde, eu penso que foi um grande avanço colocar que é um direito de todos e dever do estado. Apesar de ser o único país que estabeleceu isso na Constituição, porque nenhum país consegue, por mais rico que possa ser, dar 100% em saúde para a sua população.

Obviamente que temos que priorizar a saúde pública, principalmente para as pessoas que têm menos poder aquisitivo. Uma vez que está

estabelecido na Constituição, vale para aquele que ganha um salário mínimo e para aquele que ganha 50, 100 salários mínimos. Mas com isso o que aconteceu? Desde 1988, já passaram vários presidentes da República, de vários partidos, e não é uma questão somente atual, do presidente "a", "b", "c" ou do partido "a", "b", "c", mas, sim, é um histórico, até pela nossa vivência como ex-secretário da Saúde, como prefeito e hoje como deputado.

Esse drama na saúde continua, ou seja, o financiamento público é insuficiente para atender à demanda do Brasil. Os hospitais estão cada vez com mais dificuldades, fazendo apelo à comunidade local, às prefeituras. O sistema público por sua vez não tem recurso suficiente. E precisamos ressaltar, sem exceção, que todas as prefeituras cumprem o que determina a Constituição. Se há exceções, são punidas. Mas os 15% determinados pela Constituição Federal todos os municípios estão cumprindo. E muitos municípios estão superando essa determinação de 15% prevista na Constituição.

No que cabe aos estados não é diferente, a Constituição determina no mínimo 12%. A grande maioria tem superado esse percentual. E os municípios por sua vez estão perdendo espaço no que diz respeito à sua receita. Nos estados não é diferente. A grande concentração de receita está na União, e volto a repetir que não é deste mandato, isso está ocorrendo desde 1988.

No entanto não há receita para o prestador de serviço, o profissional médico, o odontólogo, os prestadores de serviços dos exames laboratoriais, dos exames de média complexidade e de alta complexidade, as Autorizações de Internação Hospitalar - AIHs, e as diárias que são pagas, hoje, mal dão para um café.

Então, estou fazendo essa constatação porque precisamos refletir sobre a situação da saúde no Brasil, para que principalmente os municípios possam ter uma condição melhor de fazer frente a esse grave problema, porque é no município que as

pessoas vão procurar os serviços de saúde pública, nos hospitais, nas unidades ambulatoriais.

Portanto, fica aqui a minha manifestação. E se depender do meu propósito, estaremos batalhando muito para que os municípios e a saúde recebam mais recursos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Saúdo todos os catarinenses e a imprensa que acompanha esta sessão.

Na verdade, o horário seria ocupado pelo deputado Serafim Venzon, mas na sua ausência aproveito para dar conhecimento ao plenário, a todos os srs. deputados e às sras. deputadas de que, na parte da manhã de hoje, iniciamos oficialmente os nossos trabalhos no âmbito da comissão de Segurança Pública.

Fui indicado pela minha bancada para presidir essa importante comissão permanente. Aceitei o desafio contando com a colaboração dos deputados que já faziam parte dela, e nós iniciamos hoje as primeiras discussões.

Dentro desse grande cenário da segurança pública, que tem inúmeras vertentes, inúmeros problemas, queremos fazer um trabalho extremamente propositivo no sentido de aproximar os deputados membros da comissão com as entidades que têm a responsabilidade de estar à frente das decisões administrativas dessa área, como a secretaria da Segurança, a secretaria da Justiça e também o comando da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, enfim, todas as entidades que compõem a estrutura de segurança pública. Mas o objetivo maior é fazermos com que a comissão circule, faça audiências públicas ou realize as suas reuniões ordinárias nas regiões de Santa Catarina.

Dentro disso, propusemos um calendário para este ano e vamos iniciar a primeira audiência pública, por solicitação do eminente deputado Maurício Eskudlark, que agora também compõe a comissão, na regional de São Miguel d'Oeste, deputado Dirceu Dresch. Já marcamos a data. Será no dia 29 de março, quinta-feira.

Nós pretendemos, então, através da reunião em São Miguel d'Oeste, iniciar os trabalhos. E, nesse objetivo, vamos percorrer nove ou dez macrorregiões em Santa Catarina, para ouvir as reivindicações, tentar levar junto às audiências públicas a representação da Polícia Militar, Civil, das secretarias afins, no sentido de fazer um trabalho extremamente preventivo, propositivo, para que as demandas não cheguem nesta Casa ou na comissão quando o problema já estiver na fase crítica.

O eminente deputado Kennedy Nunes propôs também uma discussão a respeito da questão do bombeiro voluntário e militar, em nome da comissão de Constituição e Justiça. E nós já estamos designando para a próxima quarta-feira uma reunião na comissão para entrarmos também no mérito dessa discussão.

Afinal de contas, volto a dizer o que falei hoje pela manhã - e o deputado Serafim Venzon estava presente -, a questão da comissão de Constituição e Justiça é discutir apenas a legalidade e admissibilidade da medida provisória. Mas, mais uma vez, deputado Dóia Guglielmi, como é de praxe, também já se está avançando a discussão do mérito que cabe à comissão permanente de Segurança Pública. Esta, sim, é que deverá debater sobre essa questão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Gilmar Knaesel, quero apenas apartear-lo sobre esse assunto tão importante que a comissão de Segurança Pública presidida por v.exa. discute agora.

Primeiramente, sobre a questão da PEC 001, cabe ao Corpo de Bombeiros militar, hoje, dar a

liberação e fiscalizar todas as ações preventivas nas construções novas e antigas para fazer algumas adequações e assegurar as pessoas especialmente contra incêndios.

V.Exa. tem tratado disso com muita sabedoria, justamente valorizando os dois lados. Hoje, temos dois mil bombeiros militares e oito mil bombeiros voluntários. Os bombeiros voluntários não são militares, mas eles pertencem a uma corporação e prestam serviços da mesma maneira que os militares, e existe um grande número de municípios que têm apenas o serviço dos bombeiros voluntários.

Há também um grande número de municípios em que o Corpo de Bombeiros nasceu de iniciativas privadas como em Concórdia, em Brusque e em diversas cidades, ou seja, aquele Corpo de Bombeiros que era de empresa passou a atender à necessidade emergencial da população como se fosse um serviço público. E v.exa. está tratando com sabedoria a questão justamente para valorizar tanto o bombeiro militar quanto o bombeiro voluntário. Os dois lados possuem suas razões, mas tenho certeza de que ouvindo os dois lados poderemos buscar um ponto de convergência.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputado Serafim Venzon, v.exa. participou da nossa reunião, substituindo o deputado Marcos Vieira, e fez uma brilhante explanação sobre o seu pensamento, o seu conhecimento do momento atual...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Gilmar Knaesel, vou lhe conceder um minuto para a sua conclusão em deferimento a seu discurso e depoimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, v.exa. tem agido como um democrata, e agradeço. Mas o que nós, na verdade, queremos imprimir, em nome da comissão de Segurança Pública, é exatamente essa movimentação, essa mobilização por parte de todos os srs. deputados com experiência, conhecimento - deputado Sargento

Amauri Soares, deputado Mauricio Eskudlark, deputado Kennedy Nunes, deputado Marcos Vieira e deputado Volnei Morastoni -, no sentido de fazer um trabalho itinerante nas 11 macrorregiões de Santa Catarina, para nos aproximarmos do problema, junto à sociedade.

Sr. presidente, agradeço o minuto que v.exa. me concedeu.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, novo líder de bancada, e aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela sua representação a partir deste momento nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado, deputado Jailson Lima!

Gostaria inicialmente de cumprimentar o presidente da Mesa Diretora, os nobres deputados e deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

É com satisfação que ocupamos, neste momento, a tribuna para falar em nome do nosso glorioso PMDB e, em consequência, vou falar em nome de todos os colegas deputados e deputadas que representam o partido neste Parlamento.

Inicialmente gostaria de discorrer sobre a alteração na liderança partidária. E quero enaltecer o trabalho que o deputado Manoel Mota fez e está fazendo pelo engrandecimento do nosso partido, em especial na condição de liderança da bancada.

Quero, aqui, fazer o registro da forma transparente com que ele conduziu esse processo, até agora. Um deputado, extremamente experiente, com muitas legislaturas. Mas, por um entendimento da bancada, a partir da próxima terça-feira, nós assumiremos essa missão e essa função, para que, através da experiência dos deputados com mais mandatos neste Parlamento e da juventude trazida por mim e por mais alguns parlamentares que estão no primeiro mandato, possamos unir nossas forças,

e o PMDB, através da liderança, realize um trabalho do interesse de toda Santa Catarina, deste Parlamento e, acima de tudo, do maior partido de Santa Catarina, também o principal sócio do governo Raimundo Colombo/Eduardo Pinho Moreira, no sentido de que a atuação peemedebista ao longo da campanha, deputado Ciro Roza, em 2010, foi determinante para que o atual governo, para que a atual composição tivesse êxito nas urnas.

Então, a minha missão a partir da próxima terça-feira é fazer valer a vontade do PMDB, junto a esta Casa Legislativa, através da mesa diretora, das demais lideranças, das comissões técnicas, e também fazer valer a vontade do nosso glorioso PMDB, junto às hostes governamentais tanto no gabinete do governador, como do vice-governador e em todas as secretarias.

O papel que exerceremos a partir da próxima terça-feira é um papel importantíssimo, que nos deixa muito satisfeito. E acima de tudo temos a grande responsabilidade de cobrar a implantação daquilo que está escrito no estatuto do PMDB por parte do governo, porque nós fizemos parte na condição da vice-governança.

Então, gostaria, neste momento, de dizer a todos os parlamentares que compõem esta Casa Legislativa que a experiência de v.exas. vai fazer com que nós, que estamos neste primeiro momento, aprendamos muito. E, evidentemente, somente fazemos as coisas com o aprendizado do dia a dia.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Sr. deputado, quero apenas enaltecer o seu pronunciamento com relação ao deputado que deixará de exercer a liderança, o veterano, deputado Manoel Mota, que já cumpriu por longos anos essa missão importante no partido, liderando por diversas vezes a maior bancada que tem nesta Casa.

Deputado Manoel Mota, v.exa. tem feito um grande trabalho, esforçando-se bastante. E estamos quase no mesmo ritmo de todas as bancadas desta Casa, no sentido de dar a oportunidade para que

todos os parlamentares a cada ano renovem a liderança.

V.Exa. colocou o seu nome e por unanimidade, na terça-feira, deve estar sendo referendado por todos os companheiros da bancada. E, realmente, traz consigo uma renovação para esta Casa, porque veio com espírito de juventude, com vontade de fazer com que a bancada se fortaleça mais.

Temos a absoluta certeza de que dará uma grande contribuição para a bancada e para o partido, pela forma cordial que tem tratado todos os parlamentares porque o diálogo é bastante importante e necessário para um líder de bancada.

Estaremos com v.exa. nessa luta.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação do eminente deputado.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado, quero, em nome da bancada do PSDB, dizer a v.exa. que estamos torcendo por v.exa. e que desejamos sucesso na sua liderança.

Eu conheço o seu trabalho como secretário regional, o qual exerceu com muito êxito, no município de Ibirama e na região. Tenho certeza de que a sua experiência e o seu trabalho foi o que o trouxeram para cá. E agora mais do que nunca esse grande desafio que é liderar uma bancada tão forte, tão grande, que é a bancada do PMDB, uma bancada tradicional de luta guerrida, e hoje v.exa. vai verbalizar as necessidades da referida bancada.

Então nós, que fazemos parte da base do governo, queremos dizer que o PSDB também está junto para o seu engrandecimento, para que possa fazer seu bom trabalho, como fez até hoje o deputado Manoel Mota e o deputado Elizeu Mattos. Nós queremos estar juntos, de mãos dadas, para que possamos continuar nesse trabalho de fortalecer e fazer com que este governo possa cada vez mais atender todos os catarinenses.

Portanto, boa-sorte e pode contar também com o PSDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação de v.exa., eminente deputado Dado Cherem, líder do PSDB, que tem demonstrado, através de sua liderança, a unidade da bancada do PSDB, e as suas palavras generosas. Acredito, deputados Dado Cherem e Romildo Titon, que através do bom-senso, da boa vontade, da cordialidade e, acima de tudo, do espírito público tenhamos condições de reproduzir tanto na esfera governamental quanto na esfera legislativa essa deferência do meu partido, que é o PMDB.

Logicamente que temos essa missão de liderar a maior bancada, que é composta pelo líder do governo, deputado Elizeu Mattos, e de que através da experiência de todos esses companheiros possamos ser aqui a bancada e a porta de entrada da segurança do governo do estado, principalmente nas questões que dependem de legislação.

Evidentemente que não poderia deixar de citar aqui o trabalho de muitos deputados do PMDB, os quais me instigaram, me propuseram e até me desafiaram a aceitar esse desafio, neste momento, de liderar a bancada desse partido, composto por dez deputados. São pessoas extremamente dedicadas à sua região e através das regiões que representamos na Casa do Povo de Santa Catarina, esses parlamentares contribuem no sentido de levar, juntamente com o governo e as secretarias, à sociedade catarinense aquilo que o governo deve fazer, que é a ação e a atuação nas nossas bases partidárias e comunitárias.

Também tivemos a missão, como deputado estadual, de representar esse partido, um partido com uma história vibrante no Brasil, até porque nós, ao longo da história, representamos esse partido nas grandes massas, deputado Moacir Sopelsa. Nós, a partir do regime de 1964, tivemos a missão de dar alento e esperança à sociedade brasileira. E hoje se passaram alguns anos e no decorrer desses anos a evolução que a comunidade brasileira teve contou com o DNA e a participação do PMDB nas grandes conquistas a partir da democracia e dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e políticos, inclusive.

Então, quero aqui expressar de que através do bom senso e da liderança que a partir da próxima terça-feira exercerei nessa grande bancada, possa de fato reproduzir o interesse de cada deputado, de cada região e, acima de tudo, reproduzir o interesse do Parlamento de Santa Catarina, para que possamos fazer um grande trabalho, juntamente com os demais 30 parlamentares, porque ao quando adentrei neste Plenário, no dia 1º de fevereiro do ano passado, a primeira experiência legislativa que tive na condição de deputado estadual é de que aqui existe a grande nação por toda Santa Catarina. Isso é o mais importante.

Nós podemos e devemos divergir neste ou naquele projeto, mas a nossa presença neste plenário significa que todos nós temos como base, como bandeira e como missão fazer o melhor pela nossa região e por Santa Catarina. Para isso e por isso somos detentores de mandatos eletivos. E isso vamos aprendendo com o dia a dia.

A partir do dia 1º de fevereiro, último passado, ou seja, a partir do dia 1º de fevereiro de 2011, tivemos essa experiência, que é enriquecedora. Eu, que já tive a oportunidade de exercer tantos cargos eletivos como vereador, prefeito, secretário de estado, nunca tive essa oportunidade e esse sentimento de estar nesta tribuna falando para toda Santa Catarina, pois sempre procuro me revestir de muita humildade, para que através dela possamos servir Santa Catarina.

E agora, com a missão de líder da bancada do PMDB, quero dizer a toda Santa Catarina de que estamos preocupados em fazer um ótimo serviço, para que o nosso partido efetivamente tenha representatividade eleitoral e parlamentar. E que o nosso partido, indistintamente, seja o grande parceiro do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, para que possamos fazer com que esse trabalho que o PMDB faz nas nossas bases possa se reverter em obras, serviços e em ações patrocinados por todo governo, mas em especial pela bancada do PMDB.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Aldo Schneider, quero dizer a v.exa. que tenho absoluta certeza do trabalho sério que realiza na liderança da nossa bancada. Também tenho convicção do trabalho que fez o deputado Manoel Mota e os líderes que lhe antecederam. E não tenho nenhuma dúvida de que a liderança irá para boas mãos, irá para um companheiro que tem um espírito, acima de tudo, de coletividade, um espírito de trabalhar para o estado de Santa Catarina.

O nosso partido é um partido com essa formação; é um partido que sempre caminhou na direção da democracia. Tenho certeza de que v.exa. será esse nosso líder e saberemos ser os seus liderados, caminhando juntos com todas as bancadas, de acordo com o nosso pensamento, com a nossa intenção.

Quero também cumprimentar todas as mulheres, porque o dia 8 de março, amanhã, será o Dia Internacional da Mulher. Vi muitos parlamentares aqui se manifestar sobre essa data, sobre o avanço que teve a mulher nas conquistas do seu dia a dia, do seu trabalho, das suas políticas, do reconhecimento do trabalho delas em todo o mundo.

Quero deixar aqui registrado este nosso reconhecimento e desejar que elas possam cada vez mais buscar seus objetivos participando da sociedade em todos os setores, sejam eles empresariais, na política, sejam eles modestos, em casa ou na agricultura, pois temos um vínculo muito forte com a agricultura, papel esse importantíssimo da mulher que muitas vezes a sociedade não reconhece.

Muito obrigado, deputado Aldo Schneider. Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a v.exa. a manifestação.

V.Exa frisou com perfeição o trabalho de todas as pessoas que nos antecederam na liderança desse glorioso partido.

Em nome da deputada Ada De Luca e da deputada Dirce Heiderscheidt, quero cumprimentar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher dizendo que elas, hoje, são peça fundamental ao desenvolvimento dos nossos lares.

A mulher tem possibilidade de ser mãe, de ser profissional, de ser gestora. Então, em nome da bancada do PMDB e das deputadas Dirce Heiderscheidt e Ada De Luca, quero parabenizar todas as mulheres catarinenses por esse dia, por essa data, pois, de uma forma muito aguerrida, elas conquistaram esse dia como uma forma de expressão do valor da mulher.

No que tange à bancada do PMDB, a partir da próxima terça-feira estarei à disposição de todas as bancadas para juntos construirmos uma grande Santa Catarina.

Agradeço, sr. presidente, pela manifestação, como também aos srs. deputados e às sras. deputadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Levando em conta o entendimento feito com os srs. líderes, não vamos deliberar os vetos no dia de hoje, serão postergados para quando houver quórum qualificado, com um prévio acordo com os srs. líderes.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0030/2011, de autoria da deputada Ada De Luca, que obriga o Poder Executivo, por intermédio da secretaria de estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a registrar e divulgar os índices de violência contra as mulheres, no âmbito do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0560/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o memorial dos mortos e desaparecidos políticos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, temos dois projetos fora da pauta, de autoria do Tribunal de Justiça, que já passaram por todas as comissões. Um é o Projeto de Lei n. 0327/2012, que estabelece requisito temporal para remoção, a pedido da magistratura estadual, e o segundo altera a redação n. 3 da tabela da Lei Complementar n. 156, alterada pela Lei Complementar n. 218, que dispõe sob o valor dos atos do Tribunal de Justiça.

Como este último projeto é mais complexo, entendo que devemos deixar para a semana que vem. E o primeiro projeto citado, que se refere à evolução da magistratura, se houver acordo com os srs. líderes, poderemos votar. Ele não está na Ordem do Dia.

Assim sendo, quero saber se todos os líderes concordam, porque senão ficará para a Ordem do Dia de terça feira.

(Os líderes não aquiescem.)

Como não houve acordo entre os srs. líderes, as duas matérias ficarão para a pauta da Ordem do Dia de terça-feira.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0053/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0054/2012 e 0073/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0055/2012, 0056/2012, 0057/2012, 0061/2012, 0062/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0058/2012, 0059/2012 e 0074/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0060/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0063/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0064/2012 e 0071/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0065/2012, 0066/2012 e 0067/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0068/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0069/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0070/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini e 0072/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0111/2012 e 0138/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0113/2012, 0121/2012, 0130/2012, 0130/2012, 0143/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0114/2012 e 0144/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0115/2012 e 0131/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0116/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0117/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0119/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0120/2012, 0124/2012, 0127/2012, 0128/2012, de autoria de deputado Jean Kuhlmann; 0123/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0125/2012 e 0126/2012, de autoria de deputado Moacir Sopelsa; 0129/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, 0132/2012, 0133/2012, 0134/2012, 0135/2012, 0136/2012 e 0137/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0139/2012 e 0140/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0141/2012 e 0142/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0145/2012, de

autoria do deputado Ciro Roza, e 0146/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Submetemos à deliberação do plenário o seguinte requerimento e a seguinte moção:

Requerimento n. 0112/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita apoio à comunidade de São Francisco do Sul, no protocolo de intenções firmado entre a Petrobrás e o governo do estado do Rio Grande do Sul, para a contratação dos estudos de viabilidade para a implantação de uma unidade regaseificadora naquele município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0002/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao governador do estado, manifestando agradecimento pela assinatura do convênio com o Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0008/2012, de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o valor da reforma e o prazo para a reabertura da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos, no município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0009/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a transferência de recursos para o Hospital e Maternidade Sagrada Família de São Bento do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0010/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações sobre os devedores do estado de Santa Catarina que quitaram suas dívidas até o final de fevereiro de 2012, bem como as empresas beneficiadas pelo Programa Catarinense de Revigoração Econômico.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0011/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Casa Civil, pedindo informações sobre os impostos que compõem a base de cálculo para os recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0012/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre o cumprimento das Leis ns. 15.221, de 2010, e 15.282, de 2001.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre qual o índice de participação dos municípios, nominando suas respectivas associações no produto de arrecadação do ICMS nos exercícios de 1990 e 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0014/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao Secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações sobre quantas casas populares foram construídas pela COHAB, no meio urbano e rural, no período entre 2000 e 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.
Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente desta Casa, eminente deputado Gelson Merisio, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, queremos, através da tribuna desta Casa, agradecer e relatar a audiência que tivemos, hoje pela manhã, com o governador Raimundo Colombo, o secretário da Agricultura, João Rodrigues, os prefeitos municipais de Forquilha, no sul do estado, de Nova Veneza e com todos os deputados que integram a região sul de Santa Catarina, para tratarmos de catástrofe causada pelo vendaval que atingiu esses dois municípios, causando um transtorno muito significativo na agricultura, no meio urbano, destruindo equipamentos urbanos, destruindo residências de pessoas e, acima de tudo, atingindo empresas, principalmente a nossa agricultura, os produtores de arroz e de frango daquela região que tiveram as suas colheitas totalmente perdidas pela ação do vento.

Imaginem um produtor, ao realizar a sua colheita no dia seguinte, ver o vento debulhar, degranar todas as panículas do arroz, deixando a sua família praticamente desabrigada. São prejuízos que levarão anos para ser refeitos.

O sr. governador, atendendo o pedido de um grupo de deputados da região, acolheu prontamente a solicitação dos prefeitos, das lideranças que se comprometeram a encaminhar soluções na medida do possível, através de estudos, de acordo com a legislação.

Nós queremos aqui, em nome da região sul, agradecer ao governador Raimundo Colombo o atendimento nessa ação, principalmente o envolvimento do deputado e secretário da Agricultura, João Rodrigues, que tem acompanhado todos os eventos da questão da agricultura.

Continua ainda nesse quesito a preocupação com os atingidos pela estiagem no oeste de Santa Catarina, que vem sofrendo bastante.

Gostaria de cumprimentar agora o deputado José Nei Ascari, presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que hoje reabriu os trabalhos com a participação de muitas lideranças e com muitas inovações.

Quero dizer, deputado José Nei Ascari, aquilo que tenho ouvido pelo estado acerca da importância dessa comissão na vida das pessoas e das famílias que têm crianças portadoras de deficiência e da esperança que a criação desta comissão nesta Casa gerou no seio de muitas famílias, na perspectiva de conhecermos toda a legislação pertinente e aquilo que pode ser melhorado. Mas, como disse v.exa. hoje, primeiramente vamos conhecer as leis já existentes e a sua aplicabilidade, para depois vermos o que poderá ser feito.

Foi aprovada por essa comissão a realização de seminário de inclusão das pessoas portadoras de deficiência no sistema educacional, que acontecerá nos próximos dias, em Blumenau, e reunirá todas as instituições de educação e outras, a fim de debater a maneira como nós, catarinenses, estamos agindo na inclusão dessas pessoas na escola, porque será através dela que poderemos mudar a realidade social.

Então, quero cumprimentar o deputado José Nei Ascari pelo trabalho que vem fazendo à frente da comissão e aproveitar para fazer um convite a todos os deputados para acompanharem o ato comemorativo que acontecerá nesta Casa, no dia 21, ocasião em pretendemos debater a síndrome de Down, porque esse é o Dia Estadual da Síndrome de Down, deficiência que atinge mais de 300 mil pessoas no Brasil. Segundo informações de pediatras e de geneticistas, o Hospital Darcy Vargas, no estado, é responsável pelo tratamento de mais de 20% da população com síndrome de Down do país.

No Brasil, cerca de cinco mil crianças nascem com síndrome de Down a cada ano; na América do Sul, a cada 600 crianças nascidas vivas, um bebê tem síndrome de Down. Nos idos de 1959, a

expectativa de vida das pessoas com síndrome de Down era de apenas 15 anos. Graças à evolução da ciência, graças também à nova visão que a sociedade passou a dessa doença, o avanço foi muito grande. Hoje essas pessoas possuem uma expectativa de vida de cerca de 80 anos, o que mostra a evolução que há no tratamento, na inclusão e na atenção que lhes é dispensada.

O Brasil tem evoluído bastante, mas ainda temos um caminho muito grande pela frente e esta Casa pode ajudar. É preciso criar oportunidades para as pessoas, são inúmeros os exemplos de portadores de Down que têm capacidade. Nos últimos anos os exemplos têm-se multiplicado e um deles gostaria de citar aqui.

Um jovem de 21 anos, que é portador da síndrome de Down foi aprovado no vestibular para o curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás. O estudante não teve nenhum benefício na correção de sua prova, a não ser alguém que teve que o acompanhar para ler as perguntas a fim de que ele pudesse respondê-las, porque devido a sua deficiência de visão tinha as dificuldades para tanto.

Eu conheço muitos portadores de síndrome de Down que têm habilidades superiores a muitas pessoas da nossa sociedade.

Por isso, realizaremos, no próximo dia 21, um ato comemorativo ao Dia Estadual da Síndrome de Down, ocasião em que traremos um palestrante que escreveu um livro, e ele é portador de Down, e vai relatar a sua experiência para todos nós.

Fica aqui o convite aos srs. deputados para se fazerem presentes no dia 21, a partir das 9h, para debater com a sociedade catarinense, nesta Casa, os caminhos que devemos ter de apoio e inclusão para as crianças, os jovens e os adultos portadores de Down na nossa sociedade. E dessa forma a Assembleia Legislativa também passa a desenvolver o seu papel nessa área.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado José Nei Ascari, eu gostaria de ouvir o seu aparte.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Eu somente gostaria de cumprimentá-lo, deputado, pelo pronunciamento.

Quero registrar que de fato hoje pela manhã realizamos uma produtiva reunião na comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e da qual v.exa. participou, definindo algumas ações para este ano de 2012.

A nossa constatação, e tenho certeza de que também é a sua, é que essa comissão tem um caminho interessante pela frente. Temos um terreno fértil. Acho que a Assembleia Legislativa sai na frente com a criação dessa comissão, verificada no ano passado por unanimidade, e teremos, com toda certeza, a oportunidade de proceder no âmbito da comissão debates importantes, dando também a Santa Catarina uma contribuição, em parcerias com as demais entidades, para que, de uma forma ou de outra, possamos desenvolver ações que possam melhorar a vida dessas pessoas.

Parabéns pelo pronunciamento, na expectativa de que estaremos irmanados no futuro para que as ações efetivamente possam acontecer.

Meus cumprimentos pelo evento que acontecerá no próximo dia 21. É uma bela iniciativa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço, deputado José Nei Ascari, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para reforçar o convite a todas as instituições de Santa Catarina para participarem deste ato comemorativo da síndrome de Down em Santa Catarina, no dia 21.

Fica aqui o convite e agradeço, sr. presidente, a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria, na tarde de hoje, de retomar, na tribuna, aquilo que abordamos no dia de ontem, e aqui muito bem mencionado pelo deputado Mauro de Nadal, ou seja, a audiência que tivemos com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. E, aliás, quero fazer aqui um elogio merecido pela determinação e, ao mesmo tempo também, pelas decisões positivas, fortes e constantes que o ministro está tendo à frente desse importante ministério que atende a todos os nossos estados.

Daqui da nossa Assembleia, da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, o deputado Mauro de Nadal e eu estivemos representando a comissão nas duas audiências que aconteceram no oeste e extremo oeste do nosso estado, chamadas e coordenadas pelo deputado Mauro de Nadal, para tratar sobre as BRs-158, 282 e 163, rodovias extremamente importantes e essenciais para o desenvolvimento de toda aquela região. E, ao mesmo tempo, também contribuem enormemente para o desenvolvimento do nosso estado e dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná e, como consequência, para o desenvolvimento do nosso país.

Estiveram presentes várias lideranças; prefeitos; vereadores de toda a região; os nossos deputados federais: Pedro Uczai, Celso Maldaner, Onofre Santo Agostini e Jorginho Mello; o senador Casildo Maldaner; e o ex-deputado Cláudio Vignatti, que acompanhou, atentamente, os encaminhamentos dados naquela audiência, na tarde de ontem, no ministério dos Transportes.

Portanto, é preciso ressaltar que a audiência veio exatamente para reforçar aquilo que já se havia definido como encaminhamento de melhorias, ampliação e manutenção dessas três rodovias. Mas serviu também para que, na oportunidade, se pudesse pontuar os grandes gargalos e problemas que se fazem presentes naquela região. E, ao mesmo tempo, também realçar o empenho que o DNIT de

Santa Catarina vem fazendo na pessoa do nosso superintendente José dos Santos.

O governo federal estará, nos próximos meses, dando início a todo processo licitatório, retomando-o. Estipulou uma meta - e é claro que poderá haver alguns transtornos no percurso - e as obras da BR-163, que liga São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira ao estado do Paraná, deverão ter o início a partir do segundo semestre. Para nós isso é importante, pela importância que a rodovia tem para o estado e o país.

É preciso que se faça toda a reestruturação da rodovia, ampliação em algumas partes, como o próprio projeto já aponta, melhorias nos acessos aos diferentes municípios ao longo dessa rodovia. E estão previstos para a BR-163 R\$ 120 milhões, podendo até ser acrescido esse valor em mais R\$ 70 milhões. E aí, sim, poderá estar incluso o entorno de São Miguel d'Oeste, município polo de toda a nossa região do extremo oeste.

Outro trabalho que será retomado agora, e que já está em processo de licitação, esperando que no mês de abril já esteja concluído, é o dos vários acessos dos municípios, desde a região de Campos Novos até Maravilha, percorrendo todo esse trecho da BR-282 que tem recebido vários investimentos. E não temos dúvida nenhuma de que esses novos investimentos são de uma importância extraordinária para a segurança e, ao mesmo tempo também, para o desenvolvimento de toda essa nossa grande região oeste de Santa Catarina.

A BR-282, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico, é de uma importância vital. Quando se fala em desenvolvimento e inclusão, passa por essa importante rodovia.

Levantamos a necessidade da duplicação do trecho de São Miguel d'Oeste ao entroncamento com a BR-153, onde essa mesma BR faz a ligação com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. É preciso que se pense e que se possa possibilitar a duplicação desse trecho, tendo em vista a importância que representa a região em todos os aspectos: humanos, econômicos e sociais.

Então, faço um pouco esse relato, sr. presidente, dessa nossa audiência com o ministro dos Transportes...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar esses dez minutos que tenho aqui na tribuna no horário de Explicação Pessoal para trazer um tema que tem polarizado especialmente as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e também os deputados que têm compromissos com sua região e estão vendo de uma forma diferente a questão da PEC que está, hoje, tramitando na comissão de Finanças e Tributação e que dá aos bombeiros voluntários de Santa Catarina a possibilidade de sobrevivência.

Nós estamos vivendo um momento na Casa muito interessante, e eu diria bastante democrático, porque o exercício da democracia é justamente o exercício da controvérsia. Se tudo mundo pensasse somente de uma forma, não seria democracia. Então, temos aqui deputados que pensam de uma forma e deputados que pensam de outra forma em relação à questão da PEC relativa aos bombeiros voluntários de Santa Catarina.

Eu tenho recebido no meu gabinete uma verdadeira avalanche de ofícios e manifestos por parte de associações e sindicatos ligados aos bombeiros militares. E algumas bastante interessantes, outras que não condizem com a verdade, essa que é a grande realidade. Alguns ofícios, ou manifestos, que tenho recebido dizem que se a PEC for aprovada nesta Casa significará o extermínio do bombeiro militar em Santa Catarina, e que nós, com esta PEC, estamos querendo acabar com o bombeiro militar em Santa Catarina, e isto não corresponde com a verdade!

Quem está acompanhando *pari passu* esse problema e conhece a PEC que está para ser votada nesta Casa, sabe que não é essa a realidade. Ninguém nesta Casa, em sã consciência, está querendo acabar com o bombeiro militar em Santa Catarina. Na verdade, todos nós queremos que o bombeiro militar exerça dignamente, como vem fazendo, a sua função em Santa Catarina. Hoje são cerca de 90 municípios de Santa Catarina que são atendidos pelos bombeiros militares.

O que queremos, na verdade; o que nós insistimos, na verdade; o que nós temos pregado, na verdade, é a votação e aprovação dessa PEC para que tenhamos a sobrevivência do bombeiro voluntário em Santa Catarina. O que queremos é a sobrevivência do honrado bombeiro voluntário em Santa Catarina, que há mais de 100 anos está atuando neste estado. E se não for aprovada essa PEC nesta Casa, certamente estaremos condenando o bombeiro voluntário de Santa Catarina ao seu extermínio. Esta é a grande verdade!

Ninguém está aqui querendo prejudicar ou acabar com o bombeiro militar. Pelo contrário, queremos, sim, que continue forte exercendo a sua função, mas queremos também que tenham o sagrado direito de trabalhar, de fazer o que vem fazendo o bombeiro voluntário em Santa Catarina há mais de 100 anos. Essa PEC vai dar o direito ao bombeiro voluntário de também exercer a sua função, como exerce, hoje, o militar, de poder fazer o convênio de fiscalização com a prefeitura. A prefeitura pode fazer, se quiser, o convênio com os dois bombeiros. Onde existir o bombeiro militar e o bombeiro voluntário, ela pode, se quiser, ou fazer com o militar, ou fazer com o voluntário, ou fazer com os dois. Mas a PEC não vai, de forma alguma, criar aqui um problema que venha a prejudicar o bombeiro militar. Esta é a grande verdade e este é o grande entendimento.

Criou-se uma celeuma na Casa e há um movimento no sentido de que se sente em cima desse projeto e não se vote essa PEC que atenda aos interesses dos bombeiros militares, porque acham que a votação dessa PEC vai prejudicá-los ou vai, em médio

prazo, acabar com eles, e isso não é verdade! Ninguém vai acabar com o bombeiro militar em Santa Catarina, até porque estão respaldados em lei aprovada nesta Casa.

Mais uma vez volto a afirmar que o que queremos é a aprovação dessa PEC única e exclusivamente para manter vivos os bombeiros voluntários de Santa Catarina, que em momento algum vão prejudicar ou concorrer com o bombeiro militar. Nós temos 90 municípios servidos pelo bombeiro militar, mas temos quase 300 municípios em Santa Catarina. No norte do estado temos o bombeiro centenário, em Joinville, que é o bombeiro militar, com mais de 100 anos, e é um exemplo para o país inteiro. Nós temos bombeiros voluntários em Araquari, Barra do Sul, São Francisco do Sul, Itapoá, Garuva, Guaramirim e Jaraguá do Sul. Enfim, temos bombeiros voluntários em todos os cantos. Por que vamos acabar com essa gente que somente vem fazendo o bem para Santa Catarina há mais de 100 anos? E com essa PEC apenas e tão-somente vamos dar-lhes o oxigênio necessário para que possam sobreviver. É somente isso. Mas está empacada na comissão de Constituição e Justiça, porque os srs. deputados até certo momento estavam mais ou menos equilibrando a votação e de repente, não sei por que, já não temos votos suficientes para que o projeto seja aprovado naquela comissão, por conta dos ofícios, por conta de pressão.

Os srs. deputados agora vão trabalhar aqui de acordo com a pressão que recebem ou de acordo com a coerência? Essa é a pergunta que fica no ar.

Era isso que eu tinha para dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O próximo orador inscrito é o deputado Ciro Roza, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo este espaço na tribuna para

homenagear e deixar registrado que, no próximo dia 08 de março, deputado Serafim Venzon, o curso ginásial Professor Honório Miranda, hoje colégio Honório Miranda, estará completando 50 anos de existência.

Sr. presidente, naquela oportunidade para fazer o curso ginásial havia toda uma preparação, era como se fosse um vestibular, havia o pré-ginásial, um exame de admissão para conseguir uma vaga e concluir aquele curso. E na nossa cidade existiam dois, que era o Cônsul Carlos Renaux e o Ginásio São Luiz, um mantido pela comunidade evangélica luterana e outro pela comunidade católica. Não era um estudo gratuito, era pago. E vejam que naquela oportunidade, o principal ou o maior movimento comunitário dos 150 anos de história de nossa cidade foi criado, e naquela época houve um apelo, uma campanha nacional para a criação de educandários gratuitos através da CNEC, em nível nacional.

É claro, houve dificuldades, foi uma luta voluntária da própria sociedade para criar essas condições de levar a todos os jovens brusquenses, àqueles que quisessem ter a garantia de cursar o ginásial, que era patrocinado, naturalmente, através dessa entidade, que seria a CNEC em nível nacional.

É claro que no momento, os que ali estavam a servir e oferecer esses cursos do Ginásial Professor Honório Miranda, que passou a ser colégio, houve toda uma preocupação que talvez os cursos que já estivessem oferecendo essas oportunidades deixassem de existir em função da gratuidade do ensino, mas, na prática, ocorreu o contrário, ampliaram-se os números de vagas nos cursos privados e criou-se a oportunidade para aqueles que não tinham condições de pagar os seus estudos de cursar o ginásio. Houve uma dificuldade muito grande no seu início em função de termos que buscar o credenciamento junto ao ministério da Educação, mas felizmente uma luta pela boa causa acaba sempre vencendo.

Eu não poderia deixar, neste momento, de registrar o nome das pessoas que, graças a Deus,

contribuíram com os seus idealismos, pessoas como Euclides Viscont, Oli Rodrigues, Aldo Ramos, Padre Osmar Muller, Julia de Oliveira, Laudelino Manerich, Darci Diego, Derci Zimmermann, Carlos Eugênio de Alencar, Azambuja, professor Celso Westrupp, padre Orlando Maria Murphy, Maria Regina Caviquioli Pereira e tantos outros que contribuíram para tornar realidade aquilo que se buscava através daquele movimento voluntário.

É claro, iniciou-se o curso usando as instalações de uma estrutura educacional do governo do estado, no período noturno, porque não existia, naquele momento, nem condições para pagar o aluguel nem para a contratação de professores, diretores, que se dedicaram a ministrar aulas gratuitamente, oferecendo essa possibilidade à juventude brusquense.

Passou então a existir uma campanha em que participou toda a comunidade brusquense, e o corpo docente já implantado no Honório Miranda passou a trabalhar no sistema de mutirão, como o professor Celso Westrupp e o professor Euclides Viscont. Aliás, Celso Westrupp foi diretor por tantos e tantos anos, uma pessoa com uma grande experiência dentro do setor da Educação. Ele é um vocacionado, um homem inteligente, um homem que busca, através das suas ações e das suas decisões, com capacidade de envolver voluntariamente pessoas da comunidade, que se engajam em prol de uma causa tão importante, como foi a construção do Curso Ginásial Honório Miranda.

Vejam, senhores deputados, quantos jovens, durante esses 50 anos, tiveram naquele colégio a sua formação do ensino médio, quantos hoje se formaram nas faculdades através daquela oportunidade, daquele movimento voluntário que acabei de registrar, foi tão importante no início do ensino gratuito em nossa cidade.

Eu queria, neste momento, além de parabenizar, agradecer em nome do povo brusquense a todas as pessoas, infelizmente uns já se foram, mas alguns ainda estão em nosso convívio, por esse trabalho prestado, por ter como meta e objetivo principal levar o conhecimento àqueles que o desejavam, mas

que não tinham condições financeiras para frequentar os bancos escolares.

Aliás, a cidade de Brusque se destacou e se destaca graças à nossa sociedade que sempre busca meios e formas, independentemente do governo municipal, estadual ou federal, o envolvimento coletivo da comunidade e a promoção do bem-estar para levar conhecimento ao povo.

É claro, gostaria também de dar os parabéns à atual diretora, Maria Regina Caviquioli Pereira, a todos os professores e servidores daquele educandário, aos alunos do Colégio Honório Miranda, que representaram e continuam representando um papel importante e fundamental na preparação da nossa juventude.

Desejo que a população de Brusque possa sempre ter, através dessas iniciativas, os seus filhos preparados e qualificados para enfrentar com igualdade esse mercado competitivo e que possam estar preparados para as dificuldades não apenas em nível de estado, mas em nível de Brasil e até de mundo.

Portanto, deixo aqui, além desse registro, agradecimentos a todos que iniciaram esse processo e que continuam dando a sua colaboração, através de uma dedicação especial na preparação da nossa juventude, àqueles que buscam os bancos escolares para o conhecimento.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ciro Roza.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, deputado Moacir Sopelsa, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar, de forma muito carinhosa, o gestor do Fundo Estadual da Infância e da Adolescência, padre Luís Antônio Caon, o consultor-geral da secretaria de Assistência Social e de Combate à Fome, ex-deputado Marcondes Marchetti, bem como o presidente do Conselho

Estadual da Criança e do Adolescente, dr. Leonardo Floriani Thieves.

Do total da população de Santa Catarina, 20% passam o mês com menos de meio salário mínimo. Isso representa, entre as pessoas de 0 a 18 anos, mais de 500 mil pessoas, que, colocadas numa fila, dariam 500km de crianças que passam o mês com apenas meio salário mínimo.

Cada um dos senhores e senhoras que acompanham a TVAL imagina como faria para cobrir todas as despesas de uma criança com o equivalente a, no máximo, R\$ 310,00?

Essas crianças, então, estão em situação de vulnerabilidade e acabam perdendo oportunidades de se formar, de se qualificar para quando forem adultas terem capacidade de disputar, em todas as áreas sociais, seja no trabalho, no esporte ou no lazer, alguma oportunidade, mas terão mais dificuldades para disputar todas as ofertas.

Neste ano aconteceu algo extremamente importante, que era uma das minhas metas do ano passado como secretário da Assistência Social, que foi a revitalização desse fundo, do FIA, para o qual criamos, inclusive, uma conta especial n. 800500-1, para todos os catarinenses que quiserem colaborar.

Mas alertamos que as pessoas que pagam Imposto de Renda podem contribuir para esse fundo, fazer o bem para entidades religiosas, educacionais, privadas, enfim, para todas aquelas instituições que desenvolvem projetos destinados à criança e ao adolescente, a fim de lhes garantir uma complementação orçamentária.

Há 20, 30 anos, o pai trabalhava na fábrica e a mãe, com sete, oito filhos, educava as crianças, sendo que os filhos, às vezes, adaptavam-se muito ao jeito da mãe, porque ela era a que mais estava perto deles.

Hoje, o pai e a mãe trabalham fora, principalmente o pai e a mãe desses 20% que passam o mês com menos de meio salário mínimo. Se forem quatro salários que somados representam dois, divididos por quatro dá meio salário mínimo. Trabalha o pai, trabalha a mãe, e as crianças

aprendem com quem? Na rua, com os outros, sendo que a criança tem habilidade para aprender o que lhe é ensinado. Quando são ensinadas coisas boas, as crianças aprendem coisas boas, mas se alguém ensinar coisas ruins, elas vão aprender também.

Então, precisamos nos adiantar para garantir o futuro das próximas gerações e temos oportunidade para isso. Todos nós, todas as pessoas que pagam Imposto de Renda e que a partir do dia 1º de março até o dia 30 de abril vão fazer a sua declaração, falem com o seu contador! Manifestem o desejo de participar.

Na hora em que você calcula o Imposto de Renda, ao final das contas você vai encontrar um valor "x" de 3% do valor total, e esse valor devido você pode doar para esse fundo.

Deputado Ciro Roza, v.exa. que, assim como os 40 deputados desta Casa e os funcionários, paga Imposto de Renda. E podemos dizer que, por exemplo, se a soma totalizar R\$ 60 mil, mesmo que já tenha sido pago, já descontado da folha, a conta total do imposto, se nunca foi retido, seria R\$ 60 mil, e 3% de R\$ 60 mil corresponde a R\$ 1.800,00.

Então, 97% cada um de nós paga para ao leão e 3% vai pagar para o rei leão, o amigo da criança.

O Sr. Deputado Ciro Roza - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte a v.exa., deputado Ciro Roza.

O Sr. Deputado Ciro Roza - Deputado Serafim Venzon, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Realmente é importante trazer esse assunto ao conhecimento da sociedade porque muitos estados, inclusive, nem sabem como podem tomar essa posição. É interessante que todos saibam também como é importante destinar recursos para essa entidade, para a criança e o adolescente.

Há necessidade, com certeza, da contratação de profissionais, ainda bem que existe o corpo voluntário de profissionais, mas tudo se resume nas questões financeiras.

Não é pagar mais; é destinar parte daquilo que vocês estão pagando à criança e ao adolescente.

Quero parabenizar v.exa. pela importância deste seu pronunciamento em relação a essa causa.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Ciro Roza, foi muito esclarecedora a sua fala. E vejam que ninguém vai pagar mais.

Ora, tanto reclamamos que o imposto vai para Brasília e depois precisamos fazer um esforço muito grande para buscar! Pois bem, ontem, conversava com o presidente deputado Gelson Merisio que já se dispôs, além do contato que temos na Casa com os funcionários, com os deputados, com os amigos de cada um, de fazer um movimento entre os funcionários desta Casa para chamar a atenção dessa benevolência da Receita Federal.

Esse depósito até agora apenas poderia acontecer até o dia 31 de dezembro e a grande novidade é que na hora que você vai fazer a declaração, vai fazer as contas e perceber que pagou a mais, tem a restituição, não há problema. Vamos supor que tenha que pagar R\$ 7 mil de Imposto de Renda, mas descontaram R\$ 8,5 mil em folha. Ora, então há R\$ 1,5 mil para receber. Três por cento de sete são R\$ 210,00.

Em vez de você restituir R\$ 1,5 mil, já que descontaram R\$ 8,5 mil, e o que teria que pagar era R\$ 7 mil, teria que retornar, então, R\$ 1,5 mil. Mas se você destinar R\$ 210,00 para o FIA, em vez de receber de volta, depois na devolução de R\$ 1,5 mil, vão devolver R\$ 1.710,00, ou seja, não estão pagando nada, apenas destinando. Para isso não precisa de nada mais do que ter coração, do que pensar que as nossas crianças precisam desse seu apoio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.